



CONGRESSO NACIONAL

MPV 285

00087

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 13/3/2006	proposição Medida Provisória nº 285
-------------------	-----------------------------------------------

autor Deputado B. Sá	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	------------------------------------------	------------------------------------------	------------------------------------------------	-------------------------------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Art. 1º A adesão à repactuação nos termos desta Lei dispensará contrapartida financeira por parte do mutuário.

Art. 2º O agente financeiro deverá fornecer ao mutuário interessado, sem qualquer custo, no prazo de até trinta dias contados da data de manifestação de interesse na renegociação, o demonstrativo de cálculo do saldo devedor das operações.

Art 3º Fica assegurada a revisão do cálculo dos encargos financeiros pela instituição credora, em instância superior à da agência, quando o beneficiário entender que o saldo devedor foi apurado em desacordo com os critérios definidos neste normativo. Persistindo o entendimento do beneficiário, este poderá requerer, inclusive através de entidade de classe, a revisão do cálculo a uma comissão especialmente formada para essa finalidade, integrada por até 2 (dois) representantes das entidades de classe dos agricultores, 2 (dois) do Governo Federal e 2 (dois) dos bancos, observado que:

a utilização dessas prerrogativas não pode redundar em anotação restritiva contrato
a revisão deve retroceder à operação original

Art. 4 Fica estabelecido o prazo de duzentos e dez dias a contar da data de regulamentação desta Lei, prorrogáveis a critério do CMN para o recebimento de manifestação formal do mutuário.

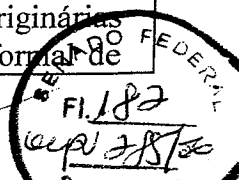
Art. 5 Trinta dias após a regulamentação desta Lei, pelo CMN, os agentes financeiros deverão apresentar as normas operacionais para avaliação do referido Conselho.

Art. 6º As renegociações celebradas ao amparo desta Lei dispensam a exigência de novas garantias, admitindo-se a liberação daquelas que excederem os valores de cento e trinta por cento do saldo devedor repactuado.

Art. 7º As renegociações que tratam esta Lei serão formalizadas por um dos instrumentos disciplinados pelo Decreto-Lei 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 8º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural pelo prazo de duzentos e dez dias, quando acolhida manifestação formal de

PM



interesse de renegociação, exceto nos casos em que se tenha configurado desvio de crédito.

Art. 9º Ficam as instituições financeiras autorizadas a efetuar a liquidação das dívidas dos mutuários que assim o desejarem, na forma da presente Lei, sem necessidade de formalização de um dos instrumentos disciplinados pelo DL 167, de 14/02/1967, bastando para tanto a simples manifestação formal do devedor.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos artigos ora propostos, têm como objetivo aprimorar e melhor regulamentar aspectos difusos da renegociação de dívidas rurais dando direito de defesa ao produtor rural.

PARLAMENTAR

Deputado B. Sá (PSB/PI)

